



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BRENDA MONALLYSA MARTINS DA SILVA ALVES
RAYSSA MÉRCIA MARQUES DA SILVA**

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Maceió, 2025

**BRENDA MONALLYSA MARTINS DA SILVA ALVES
RAYSSA MÉRCIA MARQUES DA SILVA**

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Janayna Souza

Maceió, 2025

BRENDA MONALLYSA MARTINS DA SILVA ALVES
RAYSSA MÉRCIA MARQUES DA SILVA

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 28/05/2025.

Orientadora: Profa. Dra. Janayna Souza (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Janayna Souza (CEDU/UFAL)
Presidente

Profa. Dra. Adriana Guimarães Duarte (CECA/NAC/UFAL)
2º. Membro

Profa. Dra. Janine Oliveira Cardeal Bomfim (CAPTV/UFAL)
3º. Membro

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Brenda Monallysa Martins da Silva Alves

E-mail: brenda.alves@cedu.ufal.br

Rayssa Mércia Marques da Silva

E-mail: rayssa.silva@cedu.ufal.br

Orientadora: Janayna Souza (CEDU/UFAL)

E-Mail: janayna.souza@cedu.ufal.br

RESUMO:

Buscou-se reunir dados na literatura nacional vigente com o propósito de investigar como se dá o processo de inclusão dessas crianças, compreendendo as estratégias e desafios que permeiam o cotidiano da Educação Infantil. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica baseada na abordagem qualitativa. Compreende-se que o processo de inclusão ainda é visto como um desafio, dada a fragilidade na formação dos profissionais no que diz respeito à questão das práticas inclusivas e da falta do apoio de toda a comunidade escolar, havendo uma necessidade de sensibilização dos professores para que possam mediar as ações e superar os preconceitos. Diante disso, concluiu-se que é necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar, com Projeto Político Pedagógico (PPP) coerente e que privilegie a todos, e uma gestão com um olhar inclusivo, construindo estratégias pedagógicas que atendam toda a diversidade presente em sala de aula, a necessidade de formação continuada, além do olhar e escuta sensível dando voz para os sujeitos participantes desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Transtorno do Espectro Autista; Educação Infantil.

ABSTRACT:

We sought to gather data from the current national literature in order to investigate how the process of including these children takes place, understanding the strategies and challenges that permeate everyday life in Early Childhood Education. The methodology used was bibliographical research based on a qualitative approach. It is understood that the process of inclusion is still seen as a challenge, given the weakness in the training of professionals with regard to the issue of inclusive practices and the lack of support from the entire school community, with a need to sensitize teachers so that they can mediate actions and overcome prejudices. In view of this, it was concluded that the entire school community needs to be involved, with a coherent Pedagogical Political Project (PPP) that favors everyone, and management with an inclusive outlook, building pedagogical strategies that cater for all the diversity present in the classroom, the need for continuing training, as well as a sensitive look and listening, giving a voice to the subjects participating in this process.

KEYWORDS: Inclusion; Autism Spectrum Disorder; Early Childhood Education.

1. INTRODUÇÃO

A Inclusão escolar vai além do direito à educação e sua inserção em sala de aula, é também oferecer ao sujeito envolvido neste processo a chance de desenvolver suas potencialidades, assim como a garantia e requisitos para a sua aprendizagem. Nesse sentido, olhando especificamente para as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtorno que afeta áreas do desenvolvimento como a comunicação, comportamento e interação social. A inclusão no ambiente escolar desde a Educação Infantil, é fundamental, posto que esta primeira etapa da educação básica promove experiências e interações que corroboram ao desenvolvimento infantil.

Este trabalho teve como objetivo investigar: Como ocorre a inclusão de crianças com TEA na educação infantil? E para tal, realizou uma revisão bibliográfica buscando pesquisas que tratam sobre o processo de inclusão de crianças com TEA, identificando possíveis facilitadores ou dificuldades para realização desse processo. Em específico compreender quais as estratégias e práticas que estão sendo implementadas contribuindo para a inclusão da criança autista, assim como os desafios vivenciados para que ocorra a inclusão.

A temática foi escolhida após o cumprimento dos estágios supervisionados os quais oportunizaram o contato com a realidade da prática vivenciada nas escolas, bem como o processo de inclusão nestes espaços. Outro fator que contribuiu para a realização desta pesquisa está relacionado à participação em palestra e minicursos sobre Educação inclusiva. Contudo, as experiências profissionais particulares de um das autoras em ser Profissional de Apoio Escolar (PAE) de uma criança autista, suscitaram discussões e inquietações sobre a fragilidade na formação inicial dos graduandos do Curso de Pedagogia, no que diz respeito à compreensão e atuação no espaço educativo na perspectiva de garantir a inclusão dessas crianças.

A relevância desse estudo traz visibilidade para a área de estudo da inclusão, promovendo análise de estratégias pedagógicas para atender essas necessidades específicas e a busca de soluções que assegurem o acesso, permanência e aprendizagem das crianças. A realização dessa pesquisa é importante, pois contribui para que professores possam desenvolver novos olhares para aprimorar suas práticas pedagógicas inclusivas.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a bibliográfica com abordagem qualitativa, buscando em artigos da literatura nacional publicados entre 2019 e 2024 pesquisas que tratam sobre o processo de inclusão de crianças com TEA. A abordagem supracitada permite compreender-se profundamente o tema, explorando aspectos subjetivos e contextuais. Proporcionando interpretar as diferentes perspectivas dos autores e possibilitando a construção de uma análise detalhada do tema estudado, considerando os significados e experiências relacionados ao assunto.

Esse trabalho inicia com a fundamentação teórica que aborda a trajetória e marcos históricos da inclusão na educação, a apresentação do TEA e a importância da inserção da criança na Educação Infantil, seguida da metodologia que detalha o percurso trilhado da pesquisa, resultados e discussões e por fim as considerações finais.

2. A TRAJETÓRIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão escolar deve começar na Educação Infantil, em creches ou pré escolas, oferecendo oportunidades para todos, com estratégias individuais para atender cada criança, a fim que todos desenvolvam suas potencialidades. A Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, passa a ser considerada direito das crianças até cinco anos de idade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996.

A Educação Infantil é a fase mais importante para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, pois possibilita o protagonismo da criança através do brincar e da interação. Durante muito tempo o diferente foi posto à margem da sociedade, impondo preconceitos e barreiras educacionais e sociais, contudo com a aprovação da resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (art 2º)

Assegurando-lhes os serviços de educação especializada sempre que se expresse a necessidade.

Enfatiza-se que a inclusão da criança atípica deve ser feita em ensino regular, garantindo não apenas a matrícula mas também a qualidade e aprendizagem,

contemplando a necessidade específica de cada um, entretanto, compreende-se a importância de formar essas instituições e profissionais para garantir o acolhimento e a inclusão dessas crianças sem colocá-las em muros limitados.

Ao analisarmos os primórdios da educação inclusiva, é possível observar a negligência em relação às necessidades das crianças com deficiência. O preconceito e a exclusão ocupava grande espaço na sociedade, nascer com uma deficiência era considerado “inútil” para um povo que valorizava o trabalho manual, perseguição, tortura, abandono e morte na fogueira por serem denominados de “possuídos pelo demônio” (REZENDE et al., 2013).

Com o passar do tempo foram surgindo novas formas de ver o mundo, a deficiência foi entendida como causa natural e sendo tratada pela medicina, já no século XVIII com a revolução industrial, foram criados aparatos auxiliares, como bengalas, cadeira de rodas, muletas, próteses, assim como o surgimento do braille por Louis Braille, a fim de inserir todas as pessoas no mercado de trabalho garantindo a mão de obra.

Posteriormente, foram criadas ações de ensino para pessoas com deficiências, denominado paradigma da institucionalização que caracterizava retirar as pessoas do seu local de convívio e prendê-las em escolas especiais ou centro de assistências, onde as tornavam incapazes de enfrentar e administrar o viver em sociedade. Logo após surge o conceito de integração que significava encontrar o “problema” da criança, modifica-lo para chegar ao concebido como “normal”

Por muito tempo, de acordo com Rezende et al. (2013), foram surgindo conceitos para modificar a pessoa com deficiência para inseri-la na sociedade, e não modificar a sociedade para incluir a pessoa. Era necessário surgir um novo conceito que, ao invés de procurar apagar as diferenças, buscaria respeitá-las. Aqui o conceito de inclusão começa a se formar, a semente desse novo paradigma, teve início a partir da *Disabled Peoples' International*, uma organização não governamental criada por líderes com deficiência.

Ainda segundo o autor Rezende et al. (2013), a inclusão pressupõe uma modificação na sociedade e um esforço não somente da pessoa com deficiência, mas também da sociedade como um todo. A década de 1980 marcou o início da tomada de consciência sobre a necessidade de haver modificações na sociedade de modo a tornar seus espaços, produtos e processos disponíveis e acessíveis a todos,

com essa conscientização documentos como o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1983) e as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1993), ambos da Organização das Nações Unidas, surgiram para enfatizar o conceito de inclusão.

A luta por educação inclusiva desde a infância, ganha força com a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Nos anos iniciais escolares, há uma grande preocupação de como ocorrerá de fato essa inclusão e as dificuldades enfrentadas pelo sistema de ensino, seja com a formação dos profissionais atuantes ou a contratação de profissionais de apoio à inclusão. A oferta de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) em creches e pré-escolas é direito das crianças Público Alvo da Educação Especial (PAEE) ofertado pela rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Com o surgimento da educação inclusiva, o AEE entra na educação infantil como uma garantia de direitos humanos, alicerçado por documentos legais como a Declaração de Salamanca de 10 de junho de 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, entre outros documentos, que tratam dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, os quais defendem que toda criança tem direito à educação com qualidade, e que o sistema de ensino deve ser organizado considerando a diferença de cada aluno.

Dessa forma, a defesa pela inclusão escolar desde as creches, incentiva a prática de estudos que buscam entender a complexidade e a multiplicidade das infâncias, retirando bebês e crianças com deficiências da invisibilidade e do apagamento das pesquisas na área da infância.

2.1. A Inclusão da criança com TEA na Educação Infantil

Ao discutir inclusão, é fundante entender as diversas especificidades quanto ao atendimento educacional das pessoas com deficiências que integram o espaço escolar. Neste estudo, vamos discutir o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1908 por Paul Eugen Bleuler, para descrever pacientes com sintomas que para ele se assemelhavam à esquizofrenia devido ao isolamento social dos indivíduos (SILVA, GAIATO e REVELES, 2012).

Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner publica o artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, sobre a observação de 11 crianças que apresentavam uma tendência ao isolamento, apego a rotinas, ecolalia e apego a objetos específicos. A princípio, ele formulou a teoria que essas características eram inatas aquelas crianças.

Em 1944, o pesquisador Hans Asperger publicou o artigo “A Psicopatia Autista da Infância”, onde descreveu um transtorno da personalidade que incluía falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, monólogo, hiperfoco em assuntos de interesse especial e dificuldade de coordenação motora, mais tarde denominada de síndrome de Asperger. Na década de 1980, o autismo recebeu um reconhecimento especial, diferente da esquizofrenia, proporcionando um maior número de estudos científicos, recebendo a denominação diagnóstica correta e com critérios específicos. Desde então, passou a ser tratado como um transtorno do desenvolvimento e não mais como uma psicose (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012).

O TEA afeta o desenvolvimento de algumas áreas de comunicação e interação social além da presença de comportamentos e interesses restritos e estereotipados, tendo origem nos primeiros anos de vida, podendo ter características mais aparentes ou não.

O diagnóstico do TEA deve seguir critérios definidos internacionalmente, feito a partir de avaliação e acompanhamento com médico especializado em desenvolvimento neuropsicomotor, com avaliação formal com o psiquiatra Infantil ou o neuropediatra. O diagnóstico tardio pode ocasionar prejuízos no desenvolvimento, muitas crianças só obtêm diagnóstico na idade pré escolar ou escolar, prejudicando a intervenção precoce.

O “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (DSM) 5ª edição, texto revisado (DSM-5-TR), é recurso imprescindível para o diagnóstico e a classificação de transtornos mentais, constam os critérios clínicos, sinais e sintomas necessários para o diagnóstico.

Segundo o DSM-5 os critérios para o diagnóstico do TEA são divididos em dois grupos: (a) déficits persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos e (b) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. A partir do DSM-5, o TEA passa a ser dividido em 3 níveis diferentes e 3 níveis de suporte: leve (nível 1), moderado (nível 2) e severo (nível 3). O transtorno se manifesta de maneira distinta em cada pessoa, independente do nível de suporte.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e também um dos primeiros contatos da criança com outras crianças de sua mesma faixa etária ou fase que promove interações, relações e vivências cotidianas que constrói identidades pessoais e coletivas, é um espaço onde brincam, imaginam, aprendem, observa, experimenta, questiona e constrói sentidos sobre a natureza, sociedade e produzindo cultura e conhecimento. É um espaço onde irão conviver com as diferenças e aprender com elas para viver em sociedade.

Como define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais, públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).

Quanto à inclusão da criança com TEA na Educação Infantil, além de necessário também é lei, como por exemplo a Lei 12.764/2012 conhecida também como Lei Berenice Piana que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Esta lei garante o direito a serviços de saúde, educação e proteção social, além de outros direitos específicos para pessoas com autismo. A inclusão deve ir além da aceitação no ambiente escolar, as crianças precisam fazer parte do ambiente, participar do processo educativo, para que possam desenvolver-se e ter acesso às oportunidades de aprendizagem que considerem suas especificidades, assim como das outras crianças.

A Educação Infantil prevê o desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos, e também a formação como cidadão, é essencial criar um ambiente acolhedor e adaptado garantindo que as

crianças conheçam, respeitem e acolham as diferenças umas das outras, assim como promover um ambiente empático para a criança do espectro autista.

A inclusão é um processo construído coletivamente por diversos profissionais que atuam cotidianamente com essas crianças. Entre esses profissionais, destaca-se o Profissional de Apoio Escolar (PAE), cuja atuação é fundamental para garantir a efetivação dos direitos educacionais desses estudantes. De acordo com o Parecer CNE/CP nº 50/2023 sua função é auxiliar na alimentação, higiene pessoal, locomoção se caso necessário, atividades escolares, ser mediador na comunicação verbal e não verbal, interação social, incentivar a autonomia e apoio individualizado, o acompanhamento de um PAE visa o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Conforme estabelece a Constituição Federal (BRASIL, 1988) a Educação é entendida como “direito de todos e dever do Estado”, O processo de inclusão escolar retrata a universalização do direito à educação, não somente ao direito dessas crianças frequentarem a escola, mas também em como a escola e os educadores podem propiciar uma educação adequada que atenda as necessidades educativas, garantindo, assim, progresso e permanência das crianças na escola. A inclusão não é apenas uma prática pedagógica, mas um processo que envolve mudanças estruturais e culturais significativas dentro da escola e da comunidade escolar como um todo, como discorre Mantoan:

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno (MANTOAN, 2006, p.20).

A ideia de que a inclusão é produto de uma educação "plural, democrática e transgressora" destaca a necessidade de um ambiente educacional que acolha e valorize a diversidade, quebrando as barreiras que historicamente marginalizam alunos com deficiência e outros grupos considerados "minoritários". Ao afirmar que a inclusão "provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional", ela está indicando que a implementação da inclusão desafia as normas e práticas estabelecidas na escola.

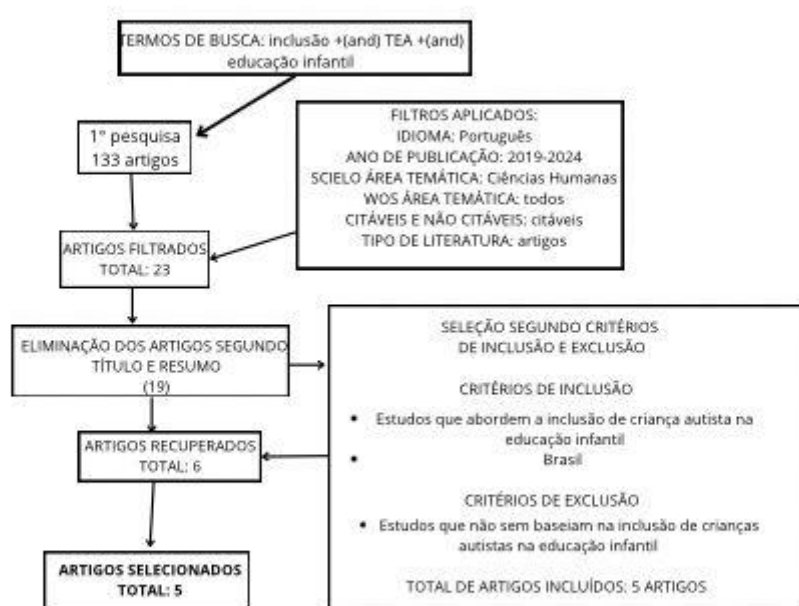
3. METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo foi delineado a partir da pesquisa bibliográfica uma vez que “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou

abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183), com abordagem qualitativa pois permite buscar informações aprofundadas e compreender aspectos mais subjetivos sobre determinado assunto. Realizou-se um levantamento de estudos nacionais que abordam a inclusão escolar de crianças com TEA na Educação Infantil. A busca de pesquisas nacionais foi feita no banco de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), teve como descritores os termos: Educação Infantil +(and) inclusão +(and) autismo +(and) Aprendizagem +(and) Desenvolvimento infantil +(and) Educação especial +(and) TEA.

A primeira busca gerou 133 artigos encontrados, filtrados por: Coleção, ano de publicação, idioma, tipo de literatura, scielo área temática, wos áreas temáticas, citáveis e não citáveis, e seleção segundo critérios de inclusão e exclusão: cujo artigo fosse baseado na inclusão infantil e TEA.

Fluxograma



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Após a pesquisa realizada no Scielo e filtrado, os artigos seguindo os critérios de inclusão e exclusão finalizou com cinco artigos para análise, os artigos foram detalhados em título, ano de publicação, metodologia e objetivos de cada artigo na tabela abaixo:

Artigos selecionados para análise		
Título, autores e ano de publicação	Metodologia utilizada e sujeitos da pesquisa	Objetivos da pesquisa
01.Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças? Autores: AGRIPINO-RAMOS, LEMOS e SALOMÃO Ano: 2019	Aplicação de entrevistas semiestruturadas com as crianças com desenvolvimento típico, transcritas e analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo. Sujeitos: 42 crianças com desenvolvimento típico, na faixa etária de 4-5 anos	Investigar as concepções de crianças com desenvolvimento típico acerca de suas vivências escolares em contextos de inclusão de colegas com TEA em dois momentos distintos, isto é, no início e no final do ano letivo, com vistas a verificar possíveis mudanças nessas concepções a partir da convivência com os pares com TEA.
02.Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio Autores: LEMOS, NUNES e SALOMÃO Ano: 2020	Gravação em sala de aula e pátio, transcritas, analisadas e apresentadas em termos quantitativos, a partir das frequências de episódios interacionais e qualitativos, a partir da descrição de quatro estudos de caso contendo trechos dos episódios interacionais. Sujeitos: 4 professoras, 4 crianças autistas e 42 crianças com desenvolvimento típico, com idade de 3 a 5 anos	Analisar episódios interacionais (EI) de crianças com TEA nos contextos de sala de aula e pátio, considerando seus pares e seus professores. Considerando o pensamento de Vygotsky que a aprendizagem e desenvolvimento é formado a partir da interação com o outro.
03.As experiências nos espaços-tempo da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. Autores: FRANCÊS e MESQUITA Ano: 2021	A pesquisa foi feita por meio de observação participante, 39 sessões de observação, por 3 meses, 3 vezes por semana, durante 3 horas por dia. Sujeitos: 1 criança de 6 anos, com diagnóstico de TEA.	Refletir a respeito da inclusão no contexto da escola regular e elucidar que experiências são vivenciadas pela criança com TEA nos espaços-tempos da escola regular a partir de suas próprias manifestações.
04.Práticas Educacionais Inclusivas na Educação Infantil: Estudo Observacional Autores: CARVALHO, MIRANDA e SCHMIDT Ano: 2024	A pesquisa foi feita por meio de gravações das salas de aulas e análise dessas cenas a partir da revisão de literatura por Carvalho e Schmidt (2021), analisando práticas inclusivas em sala de aula. Sujeitos: 5 professoras, 5 turmas totalizando 115 crianças, na faixa	O objetivo foi verificar, em uma amostra de professoras da Educação Infantil, se suas práticas cotidianas incluem práticas descritas pela literatura recente como recomendadas para promover o acesso de crianças PAEE às atividades desenvolvidas em sala de aula. Além disso, buscou-se verificar se existem diferenças na

	etária de 2- 5 anos, Nove dessas crianças foram consideradas pelas professoras, público-alvo da educação especial (PAEE)	abordagem geral utilizada na interação com crianças típicas e crianças PAEE.
05.As atividades do brincar e do ensinar em crianças com TEA na Educação infantil Autores: PEZZI e FRISON Ano: 2024	Foram realizadas observações em sala de aula das crianças e demais participantes da pesquisa, além da análise das produções das crianças. Houve também análise das brincadeiras propostas pelas professoras e sua intencionalidade pedagógica, e os indícios de desenvolvimento psíquico dos alunos. Sujeitos: 2 crianças com diagnóstico de TEA matriculados na Educação infantil, 2 professoras e 2 monitoras dessas crianças.	Investigar as compreensões produzidas por professoras que atuam na educação infantil sobre a atividade do brincar e analisou suas implicações na organização e execução da atividade de ensinar em crianças com transtorno do espectro autista matriculadas na Educação infantil.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Os artigos selecionados foram enumerados de um (01) a cinco (05) para melhor localização quando citados no texto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos artigos selecionados revela que, em sua maioria, as pesquisas foram realizadas em instituições de ensino da rede municipal e apenas uma em instituição privada, abrangendo diferentes regiões do Brasil. Especificamente, os estudos desenvolvidos focaram em duas escolas no estado da Paraíba, uma no Pará, uma em São Paulo e uma no Rio Grande do Sul. São pesquisas que envolvem crianças autistas, típicas e profissionais da educação

A inclusão de crianças com TEA é uma tarefa que deve envolver toda a comunidade escolar. Conforme os artigos analisados, cada autor aborda aspectos importantes para a construção do processo de inclusão escolar, tais como: a prática do ouvir as crianças, a importância do brincar no desenvolvimento e processos de inclusão, o envolvimento da comunidade escolar e o papel do professor e sua influência.

A criança como protagonista da Educação Infantil e do processo de ensino-aprendizagem precisa ter sua voz ouvida e validada, os artigos 01 e 03 trazem de perspectivas diferentes a importância de dar voz à criança, pois como

sujeito histórico-cultural é ativo e constrói seu conhecimento por meio de suas ações e interações, como cita a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

[...]como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...] (Brasil, 2017, p.38)

No artigo 03, por Francês e Mesquita (2021), vemos a criança como sujeito ativo e protagonista de sua história, sua pesquisa partiu da perspectiva da inclusão escolar pelo olhar da criança com autismo, o menino em seu ambiente escolar sendo ouvido e respeitado pelas suas vontades. Quando no texto traz a situação que Joaquim não fazia as refeições com os amigos no refeitório, saía da sala e retornava em seguida, a professora perguntou o motivo e ele respondeu: “Porque eles gritam muito, todo mundo lá fora grita muito! Eu nunca consigo comer!”, então ele passou a lanchar na sala e ir ao pátio apenas quando se sentisse à vontade devido a sua sensibilidade auditiva.

Os autores destacam a escassez de pesquisas com o protagonismo da criança, pois as experiências infantis são fundamentais para entender de que forma a escola produz processos de significação e, portanto, dão pistas sobre o que temos produzido em nossas práticas e de que forma favorecem, ou não, processos de inclusão, é importante falar de inclusão e principalmente ouvir quem está sendo incluído. Pois, a partir da escuta das opiniões de Joaquim foi possível identificar problemas em sua escola que precisavam mudar, para que ele se sentisse atendido. Quando falamos sobre dar voz à criança, não nos referimos apenas ao ouvir no sentido literal da palavra mas também perceber o que muitas vezes não é dito verbalmente.

Enquanto o artigo 03 apresenta a perspectiva da inclusão pelo olhar da criança com TEA, o artigo 01 de Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019) apresenta a visão das crianças típicas sobre a inclusão da criança com TEA em sala a abordagem utilizada possibilita dar voz às crianças nas pesquisas, considerando que as crianças produzem representações a partir do que sentem e pensam sobre suas vivências, demonstra a relevância do processo de escuta para ampliar o entendimento em relação a elas e favorecer a elaboração de estratégias de intervenção.

O primeiro ainda reflete sobre a relevância de equipe de profissionais para promover inclusão, destaca a importância de uma equipe de profissionais que

proporcione formação contínua aos docentes sobre inclusão escolar, citando o caso do psicólogo escolar. Esse especialista desempenha um papel fundamental nos ambientes de Educação Infantil, contribuindo significativamente para a inclusão dessas crianças. Podendo atuar como um agente que promove a inclusão, compartilhando conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem, o que auxilia as crianças com TEA a explorarem e desenvolverem suas potencialidades.

A inclusão na Educação Infantil é um tema de fundamental importância, especialmente no que se refere à convivência entre crianças típicas e atípicas. Os artigos 01, 02, 03 e 05 abordam a relevância da inclusão desde a Educação Infantil para que haja a valorização da diversidade e respeito entre eles, destacando como a inclusão favorece a comunicação e a socialização, criando um ambiente educativo mais equitativo para todas as crianças.

A Educação Infantil, enquanto espaço de vivências e experiências, propicia uma rica troca de interações, de amizades, de afetividade e de aprendizagem por meio do brincar. Nesse cenário, é imperativo que não haja distinção entre as crianças, pois é neste ambiente que elas devem se desenvolver, sem qualquer tipo de discriminação ou exclusão, tendo a infância como um momento único e igualitário.

Além disso, no artigo 05 para Pezzi e Frison (2024), há a força do meio para que o processo de inclusão seja efetivo; daí a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento das crianças com TEA. Por meio da convivência com as demais crianças e das oportunidades oferecidas com o ensino planejado, estruturado e intencional, é possibilitada uma outra via de desenvolvimento: a cultura

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) tem como eixos norteadores as brincadeiras e as interações, para a criança, brincar é coisa séria e faz parte do seu desenvolvimento. Na escola o que liga todas as crianças é o brincar, é onde elas interagem umas com as outras, cria, imagina, discorda e promove conhecimentos de mundo. De acordo com o DSM-5, as crianças com TEA possuem uma dificuldade na interação social e muitas vezes na comunicação, e a convivência com os pares possibilita que a criança se permita e desenvolva suas dificuldades, e nesse momento é importante a presença do professor para se necessário mediar o brincar juntos e a interação.

No artigo 02, Lemos, Nunes e Salomão (2020), traz a ideia de Vygotsky (2007) que a aprendizagem e o desenvolvimento é formado a partir da interação

com o outro, nesse estudo é analisado as interações das crianças autistas com seus pares e os adultos na sala de aula e pátio, separado em quatro estudos de caso para cada criança observada, foi destacado momentos em sala de interação entre a criança e a professora em momentos de propostas pedagógicas que participava com a professora e seus pares, havia algumas trocas efetivas porém no pátio as crianças ficam livre e cada uma engaja na brincadeira que preferir, muitas vezes é necessária a mediação do professor para que crianças que não participam das brincadeiras em grupo e brincam sozinhas sintam-se à vontade para brincar com os seus amigos.

No artigo 03, Francês e Mesquita (2021) destacam o benefício da socialização com o caso de Joaquim “tem um comprometimento mais acentuado com interações sociais”, porém devido a sua convivência com os mesmos colegas de sala todos os dias e a participação da professora em mediar o processo de interação, em consequência havia uma relação de amizade com os pares, mesmo que às vezes fosse inflexível, porém eles se demonstraram pacientes e zelosos, ora cedendo o brinquedo, ora dando a vez para ele nas atividades e brincadeiras, entre outras atitudes pacíficas porém não mantinha uma relação de afetividade com outras crianças de turmas diferentes devido a não convivência, os seus colegas de sala já conhecia e tinha uma relação de respeito como o autor cita:

Demonstravam, tanto por meio de atitudes quanto por suas falas, que compreendiam o jeito de ser de Joaquim ou, ainda, a percepção da deficiência como uma condição dele. Não demonstraram vê-lo como uma criança doente, talvez reflexo de um trabalho de aceitação relevante realizado pela professora da classe regular. (FRANCÊS e MESQUITA, 2021, p. 13).

A criança autista, tem no seu desenvolvimento o comprometimento atípico no que diz respeito à interação social. Destarte, essa é uma das razões para que no contexto escolar se desenvolvam práticas que corroborem para uma interação cada vez maior entre os pares e com os adultos.

A respeito do papel do professor no processo de inclusão, o artigo 01 de Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019) destacam a influência dos educadores na visão das crianças (típicas) em relação aos colegas com TEA. Algumas crianças usam termos como “especial” e “bebê” para se referir às crianças com TEA. Associando, por vezes, um sentido negativo, ao ser atribuída a ideia de enfermidade e infantilização, podendo aquela denominação estar relacionada aos discursos emitidos nos espaços pelas educadoras. As crianças percebem a incoerência e as manifestam em suas falas através de questionamentos.

O professor como referência no ambiente escolar, consoante Vygotsky (1998), o papel do professor é o de ser um mediador apresentando-se como um importante parceiro no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, alguém que motiva a criança para a construção de seu próprio aprendizado e de seu ser; é quem as crianças tem como figura importante e quem além de estar sendo observado o tempo inteiro, também é copiado.

No artigo 02, Lemos, Nunes e Salomão (2020), detalha em suas observações em sala de aula e pátio com 04 estudos de caso, no primeiro destaca as ações da professora para incluir a criança com TEA, que apresenta dificuldade na interação com os outros colegas, mas em momentos em que está no pátio a professora apresenta mediações para que Pedro participe com os outros colegas, brinquem juntos, e devido esses estímulos por parte da professora, as crianças típicas apresentavam repetidamente a interação com Pedro, as autoras destacam “olhar dirigido à criança com TEA, convite sem mediação da professora e demonstração de afeto”. O professor tem um dos papéis mais importante na inclusão, o fazer a criança pertencente àquele ambiente.

No artigo 03, Francês e Mesquita (2021) em suas observações destacaram que a professora de Joaquim cooperava muito para que a escola fosse um ambiente prazeroso, visto que em suas ações em sala de aula era respeitado em suas singularidades, tanto nas atividades que podia não ser no mesmo tempo dos outros, quanto para a sua forma de participação, visto que muitas vezes é necessário modificar o planejamento, (re)inventar os tempos escolares, estender atividade que a criança engajou e respeitar o tempo da criança, também uma responsabilidade é tratar a criança como criança, para que não haja distinção entre as outras crianças e a vejam como uma limitação. Por isso a importância de falar sobre as diferenças e o respeito entre eles.

Observa-se, entretanto, que muitos professores não apresentam essas características apresentadas por Vygotsky (1998) de mediar ou mesmo lidar com a mudança na sala de aula com as crianças atípicas e no artigo 04 Carvalho, Miranda e Schmidt (2024) detalha que em uma das observações em sala, nota-se que não houve uma mediação exclusiva para a criança atípica mesmo na realização das atividades, que muitas vezes não sabem o que fazer, sendo assim as outras crianças da sala também não irão interagir ou mesmo incluí-lo por ser diferente.

No artigo 04 de Carvalho, Miranda e Schmidt (2024), relata as práticas de professoras em sala de aula, que tem conhecimento mas que muitas vezes não sabem como utilizar quando se trata das crianças PAEE, e acaba atribuindo limitações por um diagnóstico e por isso não há intervenção pedagógica, prejudicando seu desenvolvimento. As crianças com necessidades educativas especiais precisam de apoio em sua rotina, garantido por lei,

§ 2º Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.764, de 2012.

Por falta de formação como relatado no texto, nota-se poucas ou quase nenhuma ação pedagógica direta a criança, para efetividade de inclusão na escola, é necessário uma equipe pedagógica para fornecer o direito da criança de ter Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sua escola, plano de atendimento educacional especializado e se for o caso, conforme a Lei Federal 12.764/12 um profissional de Apoio Educacional.

Os artigos analisados apresentam pontos semelhantes quanto ao processo de inclusão das crianças com TEA como as brincadeiras e interações na educação infantil favorecem o desenvolvimento pleno, valoriza a diversidade e respeito, a voz da criança como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, a participação dos pais e da comunidade escolar como um todo para a inclusão efetiva entre outros. Porém os autores trazem também a necessidade da formação continuada e a sensibilização dos professores para que possam mediar as interações e superar os preconceitos, há também em destaque a falta de literatura nacional acerca da temática principalmente envolvendo crianças de zero a cinco anos, isso é, especificamente a Educação Infantil.

Além da questão de uma equipe de apoio a inclusão, do AEE, que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, sendo ofertado na rede regular de ensino e em horário oposto da matrícula, e muitas vezes sendo mediado por uma psicóloga ou psicopedagoga com especialização em educação especial. Outra medida é o Profissional de Apoio Educacional, ofertado na rede de ensino, garantido por lei

desde que comprovado a necessidade, o PAE é um mediador no processo de inclusão e extremamente importante para a criança autista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar por meio da literatura vigente como ocorre o processo de inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, mais especificamente compreender quais as estratégias e práticas que estão sendo implementadas que contribuem para a inclusão da criança com TEA e identificar os desafios vivenciados para que ocorra a inclusão.

A partir dos artigos selecionados, lidos e analisados, podemos refletir sobre a realidade que permeia o processo de inclusão nas escolas de Educação Infantil. É perceptível que esse processo ainda é visto como um desafio por muitos profissionais da educação, que não apresentam estratégias específicas para incluir essas crianças. Isso se deve, em grande parte, ao déficit na formação básica em Pedagogia ou Magistério, que revela uma preparação insuficiente para a prática pedagógica com crianças atípicas, além da evidente necessidade de formação continuada para preencher as lacunas existentes na formação inicial.

Outros fatores, como a falta de organização escolar no que se refere a oferta da sala de recursos e Atendimento educacional especializado (AEE), recursos imprescindíveis para um ambiente inclusivo. Além disso, destaca a escassez de profissionais de apoio escolar para todas as crianças com necessidades específicas, garantindo que a criança tenha acompanhamento exclusivo, a fim de mediar seu processo de inclusão e o seu desenvolvimento no ambiente escolar.

Um dos facilitadores desse processo é evidenciado ao longo dos artigos como a importância do olhar atento e individualizado para com as crianças, dando voz e autonomia para que se expressem, visando melhores estratégias para a adaptação do currículo às suas necessidades específicas que por muitas vezes são ignoradas, deixando a criança a margem. A atuação do professor como mediador desse processo, é um fator essencial para promover a inclusão, oferecendo um ambiente de aprendizado que respeite as particularidades de cada criança, atuando como mediador quando necessário e fazendo a criança se sentir pertencente à escola.

A inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, é um tema atual e necessário, porém pouco pesquisado e publicado, apresentando poucas literaturas

na área do autismo na Educação Infantil. É necessário mais estudos voltados para a área, promovendo uma luta anticapacitista e a desconstrução de estereótipos do “normal”.

Concluiu-se, que é fundamental o comprometimento dos educadores e a ampliação da pesquisa na área, para que se construam estratégias pedagógicas concretas e que atendam, de forma mais efetiva, a diversidade presente nas salas de aula. E que além dos professores é também necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar, com Projeto Político Pedagógico (PPP) coerente e que garanta a todos e uma gestão com um olhar inclusivo. Espera-se que esse trabalho desperte inquietação para o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas à temática.

6. REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, C.S.; LEMOS, E.L.de M.; SALOMÃO, N.M.R. **Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças?** Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n3, p.453-468, Jul.-Set., 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/7wrbFcq8MFgGgW77FbqMD5r/?format=pdf&lang=p>> Acesso em: 18 de dezembro de 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 20 de setembro de 2024

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 09 de outubro de 2024

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP nº 50, de 5 de dezembro de 2023. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/** Secretaria de educação especial- MEC; SEESP, 2001

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. 2017, P.38

CARVALHO, A,G,C.; MIRANDA, A,C,A.; SCHMIDT, A. **Práticas Educacionais Inclusivas Na Educação Infantil: Estudo Observacional** Rev.Bras.Ed. Esp., Corumbá, v30, e0187, p.1-20, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/JLC4NYxGqMKLLLhxq4XJxNS/?lang=pt>> acesso em: 18 de dezembro de 2024

FRANCÊS, L.A.; MESQUITA, A.M.A. **As experiências nos espaços-tempo da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo**. Revista Brasileira de Educação, v. 26, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M7jYYq84pmgK4TsbSQDQ8Dr/?lang=pt>> Acesso em: 14 de Janeiro de 2025.

LE MOS, E.L.de M. D.; NUNES, L. de L.; SALOMÃO, N.M.R. **Transtorno Do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio** Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.1, p.69-84, Jan-Mar., 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/z9kw6rcvPhxsPSkmLnXwMhd/?lang=pt>> acesso em: 18 de dezembro de 2024.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS [recurso eletrônico] : DSM-5/[American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica:Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014. p.50-59. Disponível em: <<http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>> Acesso: 20 de setembro de 2024

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

PEZZI, F. A. S.; FRISON, M. D. **As atividades do brincar e do ensinar em crianças com TEA na Educação infantil**. Rev Brasileira de Educação, v. 29, e290105, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Jnx9zRRvmytZrqYSNW8n5Wv/?lang=pt>> Acesso em: 18 de dezembro de 2024

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B. REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Fontanar, 2012

REZENDE, André Luiz Andrade; SALTON, Bruna Poletto; GOETZE, Marguit; DALL’ONDER, Marina; JAQUES, Rafael; LIMA, Rodrigo da Silva de Oliveira; MEDEIRO, Tatiane de. **A trajetória da inclusão**. In: SONZA, Andréa Poletto et

al.(Org.) **Acessibilidade e Tecnologia Assistiva**: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais. Bento Gonçalves: [s.n] 2013. p. 25-67

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes (1998).

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes (2007).